

RUMOS DO MOINHO
CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E QUALIDADE DE
VIDA: UMA EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO
FORMAL

RUMOS DO MOINHO
NATURAL RESOURCES CONSERVATION AND QUALITY OF LIFE:
AN INFORMAL ENVIRONMENTAL EDUCATION EXPERIENCE

Sônia Regina da Cal Seixas BARBOSA¹
João Luiz de Moraes HOFFEL²
Almerinda Antonia Barbosa FADINI²
Jussara Christina REIS^{3,5}
Micheli Kowalczyk MACHADO^{4,5}

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre de que forma projetos de educação não formal, como a Educação Ambiental, que visam melhorar a qualidade de vida de comunidades locais, podem contribuir para o envolvimento destas na conservação de Áreas de Proteção Ambiental. Procura-se, desta maneira, refletir sobre uma experiência de educação ambiental, através do Programa de Intervenção Socioambiental - Agentes Locais de Sustentabilidade - realizado durante o ano de 2007, no Bairro Rural do Moinho, no município de Nazaré Paulista, Áreas de Proteção Ambiental, do Sistema Cantareira, São Paulo. Essa experiência está vinculada às pesquisas que estão sendo desenvolvidas na região e que contam com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (processos n. 03/08432-5; 06/55919-5 06/61505-9 e

¹ Doutora, Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, Universidade Estadual de Campinas. R. dos Flamboyants, 155, Cidade Universitária, 13083-970, Campinas, SP, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: S.R.C.S. BARBOSA. E-mail: <srcal@unicamp.br>.

² Professores Doutores, Centro de Estudos Ambientais, Sociedades e Naturezas, Universidade São Francisco. Bragança Paulista, SP, Brasil.

³ Mestranda Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Marília. Marília, SP, Brasil.

⁴ Mestranda em Ecologia Escola de Agronomia Luiz e Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba, SP, Brasil.

⁵ Professoras, Centro de Estudos Ambientais - Sociedades e Naturezas, Universidade São Francisco. Bragança Paulista, SP, Brasil.

06/60366-5). O propósito deste programa foi estimular a participação da comunidade na busca por autonomia na geração de renda, na conquista de uma melhor qualidade de vida e em uma sustentabilidade sócio-ambiental e cultural. A área considerada, para a realização do projeto, foi o Bairro do Moinho, e o público-alvo foi sua comunidade residente, com aproximadamente quinhentos habitantes. No entanto, estima-se que os beneficiários diretos foram cinquenta pessoas e indiretos, a população total, já que se buscou através deste projeto estimular a organização e participação como forma de mudança social para toda a localidade.

Palavras-chave: APA do Sistema Cantareira. Educação ambiental. Identidade. Qualidade de vida.

ABSTRACT

This article aims at analyzing how informal educational projects, such as environmental education, that seek to improve the quality of life of local communities, can contribute to their involvement in the preservation of Environmental Protected Areas. The article reflects on an experient on environmental education - through the Socio-environmental Intervention Program – Local Agents for Sustainability – that took place in 2007, at the Moinho Rural District, in the municipality of Nazaré Paulista, Cantareira System Environmental Protected Areas, São Paulo. This experient is related research that is being developed in the area with support by the São Paulo State Research Fund (Processes number 03/08432-5, 06/55919-5, 06/61505-9 and 06/60366-5). The purpose of this program was to encourage community participation in their struggle for autonomy in income generation, better quality of life and social-environmental and cultural sustainability. The project took place at the Moinho District and the target population was the community residents, approximately 500 people. It is estimated, however, that 50 people benefited indirectly, the project focused on stimulating community organization and participation as a means to achieve social change.

Keywords: Cantareira System EPA. Environmental education. Identity. Quality of life.

INTRODUÇÃO

A disponibilidade dos recursos naturais e sua conservação têm orientado o interesse na elaboração de diversas políticas públicas, destacando-se, entre elas, a criação de Unidades de Conservação (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991; BRASIL, 2000; STAHEL, 2002).

No Brasil, as Unidades de Conservação (UC's) foram criadas com o objetivo de minimizar os impactos ambientais causados pela ocupação desordenada em áreas com características naturais e culturais singulares, assim como para difundir na sociedade a importância da preservação e conservação (SÃO PAULO..., 2000).

Dentre as diversas Unidades de Conservação, pode-se destacar a Área de

Proteção Ambiental (APA). De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) adota-se para APA o conceito:

[...] de uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000, p.17).

Desta forma, em uma Área de Proteção Ambiental, a legislação impõe um maior controle e restrições no que se refere ao desenvolvimento de atividades econômicas, consideradas

potencialmente degradantes. No entanto, o fato de serem mantidas as atividades produtivas pode levar a conflitos de uso, se não houver uma participação dos diferentes atores sociais envolvidos, na busca por novas práticas econômicas adequadas a esta realidade (WELLS; BRANDON, 1992; PRIMACK, 1998; HOEFFEL; MACHADO; FADINI, 2005).

Neste contexto, as Áreas de Proteção Ambiental foram criadas com o intuito de conservar a natureza e promover a qualidade de vida da população, porém, seu maior desafio é compatibilizar seus objetivos com as atividades econômicas do local. Na análise de Côte (1997), a categoria APA é implantada sob caráter de correção e contenção da degradação ambiental. Segundo o autor, para controlar o processo de degradação já existente, é necessário exercer sobre o espaço um conjunto de ações de planejamento e gestão ambiental, e não apenas transformar a área em APA. Portanto, o planejamento e a gestão dessas unidades são fatores primordiais para que os objetivos dessa categoria de unidades de conservação sejam efetivados.

Deste modo, o Planejamento Ambiental Participativo pode tornar-se um instrumento necessário para concretizar os objetivos da APA, pois promove a participação da comunidade local, buscando respostas concretas à sociedade que vive e produz na região.

O Planejamento Participativo busca também motivar a comunidade, tendo em vista seu engajamento no processo de desenvolvimento e implantação da APA, através de novas alternativas e oportunidades capazes de ampliar sua qualidade de vida e conservar a biodiversidade, além de propiciar o gerenciamento dos conflitos existentes e potenciais. (BRASIL..., 2001, p.38).

Para gerir uma APA, é necessário exercer sobre ela um conjunto de ações políticas, legislativas e administrativas para que, partindo

da realidade atual, se possa atingir um novo cenário, uma nova identidade, segundo objetivos pré-estabelecidos (BRASIL..., 2001). Isso implica em um gerenciamento que aplicará soluções ambientalmente adequadas, para minimizar tais impactos, o que poderá resultar em conflitos de interesses, determinando que a gestão ambiental não seja pacífica, pois, "incita discussões e conflitos a partir do momento em que ela se defronta com o desafio crucial de integrar os diversos interesses e inserir a dimensão ambiental em processos decisórios privados e em políticas governamentais". (CABRAL; SOUZA, 2002, p.45).

A categoria APA, apesar de ter sido inspirada nos parques naturais de alguns países europeus, possui características peculiares, pois seus objetivos de criação não se igualam a nenhum tipo de UC existente no mundo (CABRAL; SOUZA, 2002). Os autores apontam que essa categoria:

Constitui um instrumento da política ambiental interessante do ponto de vista sócio-econômico, por caracterizar-se como área de desenvolvimento sustentável, na qual as atividades humanas devem ser exercidas com responsabilidade, no sentido de permitir a integridade e a manutenção da qualidade ambiental do referido espaço, em dimensão, intra e intergeracional. (CABRAL; SOUZA, 2002, p.43).

Contudo, implementar e gerenciar o uso e ocupação desses espaços torna-se um verdadeiro desafio, em face da coexistência de propriedades públicas e privadas a serem submetidas ao mesmo regime de proteção (FUNDAÇÃO..., 2003). De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (BRASIL..., 2001, p.27), o principal desafio dos interessados na APA será desenvolver e manter uma cultura organizacional que promova trabalhos em equipe com a comunidade, objetivando a capacitação dos atores, a produção de bens e serviços, de modo

a minimizar os impactos dessa produção sobre os recursos naturais.

É importante ressaltar, ainda, que em seu modelo de gestão as APA's:

Apresentam heterogeneidade de situações, demonstrando uma capacidade positiva de se adequar a diferentes contextos: trata-se de uma UC democrática na concepção e na gestão, envolve áreas/regiões carentes em termos sociais e econômicos, guarda potencial para um "outro" desenvolvimento, sendo inequívoca a obrigação do Estado em diminuir as disparidades regionais socioeconômicas. (FUNDAÇÃO..., 2003, p.56)

Deste modo, o processo de planejamento e gestão deve considerar os aspectos ambientais, culturais e sócio-econômicos existentes no local, para que a unidade possa, de fato, alcançar seus objetivos. Ressalta-se, desta forma, que não existe um modelo de gestão específico, que possa ser aplicado para todas as unidades de conservação dessa categoria, devido às diversidades regionais do país, havendo a necessidade de se adaptar o modelo às experiências bem sucedidas de outras APA's, a sua realidade. Outro aspecto a considerar é a importância da regulamentação da unidade de conservação, pois todo seu procedimento resulta em um instrumento que auxilia no planejamento e gestão da APA.

Quanto às formas de gerenciamento participativo de APA's, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FUNDAÇÃO..., 2003), propõe a "Gestão Compartilhada", a qual envolve mais de uma entidade no gerenciamento da UC, como por exemplo, a gestão via Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nas quais os aspectos legais são de responsabilidade exclusiva do órgão executor, embora este deva tomar decisões conjuntamente com a OSCIP; a "Gestão Integrada", geralmente ocorre quando a área da UC abrange vários municípios ou estados, e partilham responsa-

bilidades buscando consenso nas decisões e recursos financeiros, para a realização de ações de manejo e de gerenciamento, os consórcios intermunicipais são um exemplo desse tipo de gestão e a "Gestão através de Parcerias", isto é, gerenciar em cooperação, sendo que o Estado e demais setores da sociedade civil buscam o bem comum, a favor dos objetivos públicos, cabendo ao Estado administrar técnica e juridicamente a UC, supervisionando e monitorando ações executadas pela outra parte.

Percebe-se que todas as formas de gestão partem do mesmo princípio: a parceria entre a sociedade civil e o poder público de forma equilibrada, visando somar forças para um gerenciamento ambiental e social mais justo, contudo, a escolha da forma de gestão deve basear-se na realidade local e regional em que a unidade se encontra. As parcerias podem ser estabelecidas para a realização de várias atividades ou compreender uma atividade específica como: educação ambiental, pesquisa, vigilância, ecoturismo, contratação de pessoal, gerenciamento da unidade, treinamentos, suporte técnico, entre outras, além da possibilidade de repasse, pelo Estado, de recursos financeiros à instituição parceira (FUNDAÇÃO..., 2003).

É preciso atentar para o fato de que, ao se estabelecerem parcerias, também existem riscos potenciais, como o não cumprimento das atividades previstas, a possibilidade de haver conflitos de interesses pessoais e institucionais e, ainda, conflitos gerados pelo não esclarecimento sobre os objetivos dessas parcerias (FUNDAÇÃO..., 2003). Portanto, é necessário realizar um estudo/investigação sobre os possíveis parceiros, para conhecer sua metodologia de trabalho, seus princípios, entre outros aspectos e, ao estabelecer a parceria, explicitar quais as expectativas sobre o trabalho a ser realizado.

Outra questão importante a considerar é que a gestão ambiental não se restringe apenas à implementação da unidade de conservação, mas a todo o processo, ou seja, desde o estabelecimento/criação da área a ser protegida, passando pela implementação, pelo moni-

toramento, até a sua revisão/avaliação. Estas diferentes etapas envolvem o Plano de Manejo, o Diagnóstico e o Zoneamento Ambiental, que são importantes instrumentos de gestão e permitem identificar e estabelecer áreas prioritárias para a conservação e preservação.

Na regulamentação das APA's está previsto, pelo SNUC (BRASIL..., 2000), a existência de um Conselho Gestor, seu principal fórum de participação, tanto no planejamento quanto na gestão da unidade, onde estarão inseridas a sociedade civil e as diferentes esferas administrativas do setor público (FUNDAÇÃO, 2003).

O SNUC (BRASIL..., 2000) define também o Plano de Manejo como um instrumento técnico, fundamentado nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. É um instrumento imprescindível para a gestão da APA, pois é o resultado de todo o processo de planejamento da área a ser protegida. Mais que um documento técnico, o plano de manejo pode ser compreendido como o processo de articulação das ações propostas pelos diferentes agentes sociais que interagem em um determinado espaço (SÃO PAULO..., 2003), objetivando o manejo dos recursos de forma sustentável.

Todas as atividades a serem desenvolvidas na APA deverão respeitar as normas do plano de manejo e pode-se dizer que é "a lei da UC, de modo que nada pode ser realizado sem que nele esteja previsto" (FUNDAÇÃO..., 2003, p.39). Assim, esse documento deve ser elaborado de acordo com as reais necessidades e os objetivos da unidade a ser protegida.

O Plano deve compreender a área total da APA, para que possa minimizar ou prevenir os impactos ambientais. Deve estar embasado em estudos sócio-ambientais, que propiciem o conhecimento da dinâmica e das tendências gerais da área, tendo em vista estabelecer

diretrizes de gerenciamento da unidade para regularizar o uso e ocupação do solo, visando o desenvolvimento sustentável. É composto pelo diagnóstico ambiental da APA, que tem por objetivo fornecer dados que possibilitem conhecer a dinâmica ambiental e sócio-econômica da unidade, e a partir desses dados estabelecer o zoneamento ambiental da área, visando à elaboração do zoneamento ambiental e a implantação de programas de gestão, com o acompanhamento do Conselho Gestor (SÃO PAULO..., 2003).

O Zoneamento Ambiental, segundo Cabral e Souza (2002, p.27), visa "o planejamento adequado do espaço territorial" que possibilite compatibilizar a convivência dos seres que o habitam com as atividades nele exercidas, "por meio de identificação das suscetibilidades (vocações) e restrições ambientais". Essa é a fase que requer maior cuidado quanto à sua elaboração, considerando os objetivos da APA, não podendo ser tão rígida a ponto de que os moradores não consigam desenvolver suas atividades econômicas de subsistência, e nem tão flexível que permita o desenvolvimento econômico sob uma visão desenvolvimentista, colocando a conservação do meio ambiente em risco.

O Zoneamento torna-se um importante instrumento para agilizar o processo de licenciamento e fiscalização, direcionar a implantação de empreendimentos, bem como orientar a população local e usuários, através da Educação Ambiental, quanto à apropriação de seus atributos naturais. Esse processo visa à conservação dos atributos sócio-ambientais da APA e promover o uso sustentável de seus recursos naturais e garantir a melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, são estabelecidas normas e diretrizes para orientar a conservação do meio ambiente em sua totalidade e mitigação dos impactos gerados pelo processo de ocupação (SÃO PAULO..., 2003). Nesse sentido, a Educação Ambiental representa um essencial instrumento para envolver as comunidades, bem como desenvolver programas de uso sustentado dos recursos

naturais e, ainda, apresenta-se como a melhor alternativa para prevenção de conflitos entre sociedade e ambiente. Possibilita também o adequado manejo e gestão da UC e viabiliza a utilização dos recursos naturais de forma sustentável, promovendo a qualidade ambiental e de vida da população. Deste modo, o planejamento participativo torna-se um instrumento necessário para concretizar os objetivos da APA, pois valoriza o conhecimento da população local e motiva a sua participação (FUNDAÇÃO..., 2003; SÃO PAULO..., 2003; SANTOS, 2004), já que busca “respostas concretas à sociedade que vive e produz na região.” (BRASIL..., 2001, p.38).

Envolver as comunidades nas decisões, nas responsabilidades e na autonomia, é uma tarefa que exige tempo, especialmente quando se trata de uma APA já existente, pois muitas vezes a população local não tem conhecimento sobre o seu papel na conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida, principalmente quando a realidade encontrada representa grandes restrições na área em que vivem, devido à implementação da unidade de forma imposta. E, ademais, é importante conhecer a área em questão, especialmente a estrutura social local, a história e a percepção dos moradores sobre o meio em que vivem, para que se possa propor uma intervenção que respeite a sua cultura e que, conseqüentemente, motive e possibilite a conservação da biodiversidade, sempre em parceria com a comunidade.

Deste modo, incentivar a participação das comunidades locais no processo de planejamento torna-se imprescindível, assim como a de todos os interessados na APA, como o órgão responsável pela criação da UC, usuários dos recursos naturais, prefeituras, ONG's, instituições de pesquisa e demais setores ou instituições que integram seu contexto político, sócio-econômico e cultural (FUNDAÇÃO..., 2003).

Para Castro e Canhedo (2005), a participação de atores e grupos sociais da população é de extrema relevância, devido à complexidade da questão ambiental e, deste

modo, a educação é o melhor caminho, pois visa proporcionar condições para as pessoas adquirirem e compartilharem novos conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitem a intervenção de forma mais participativa nos processos decisórios.

Ademais, a junção do conhecimento científico e popular é considerada por alguns autores como uma nova possibilidade de inclusão social. A partir da educação ambiental pode-se criar *de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprios* (BRANDÃO, 1999, p.9). Sendo esse o maior desafio no contexto de participação, pois a população brasileira em geral sempre foi submetida, historicamente, por processos sociais repressivos de longos anos e que, por estes motivos, impediram-na de manifestar e de fazer valer seus direitos (CASTRO; CANHEDO, 2005).

IDENTIDADE E HISTÓRICO SÓCIO-AMBIENTAL E CULTURAL DA COMUNIDADE DO BAIRRO RURAL DO MOINHO

O Bairro Rural do Moinho está inserido na Região Bragantina e na Sub-bacia Hidrográfica do Ribeirão do Moinho, Nazaré Paulista (SP). Este bairro apresentava, de acordo com os dados setoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), 133 domicílios ocupados e 95 de uso ocasional, caracterizando-o como um bairro-dormitório (os moradores saem para trabalhar na cidade e voltam para dormir/uso esporádico), e também de segunda residência, destinado ao lazer turístico de final de semana. Devido às dificuldades de delimitação pelo censo municipal, este bairro foi integrado parcialmente no Setor 23 (INSTITUTO..., 2007), o que significa uma população superior aos 476 habitantes, mencionados por este órgão para o ano de 2000.

Acredita-se que o Bairro do Moinho tenha uma formação quase que simultânea ao

povoamento do município, em meados do Século XVIII. No entanto, como não se tem, até o momento, um histórico oficial, é necessário apoiar-se em evidências construídas, como é o caso de um casarão estilo colonial, em cuja arquitetura consta a inscrição com a data de 1895, e as capelas espalhadas pelas antigas propriedades, as quais caracterizam os momentos de muita religiosidade em que o bairro se apoiou (FADINI, 2005).

Estudos do modo de vida e das características históricas, sócio-econômicas, ambientais e culturais dos antigos moradores residentes ainda neste bairro, denotam que se trata de uma população que ainda mantém traços de uma sociedade rústica e/ou caipira. Deste modo, o Moinho, assim como outros bairros rurais da Região Bragantina, abrigou um bolsão de cultura caipira que manteve durante muito tempo suas tradições preservadas, devido ao isolamento da área e de uma composição familiar, religiosa, econômica, de trabalho, amizade e de lazer⁶ que consolidava a base de sobrevivência sócio-cultural deste povo.

A organização social estruturou-se em torno de uma produção agrícola familiar, com características de subsistência⁷, através de plantações de milho, arroz, feijão, alguns pés de café, cana, pastagens, eucalipto e produção de carvão. Historicamente, estas culturas foram ocupando as áreas verdes, devastando a Mata Atlântica, esgotando o solo, assoreando os rios e extinguindo a fauna local⁸. Nos dias atuais, algumas dessas culturas agrícolas se mantêm,

porém com menor intensidade, devido ao alagamento de parte de suas terras para a construção do Reservatório do Rio Atibainha, que integra o Sistema Cantareira de Abastecimento de Água.

Estas transformações ocorridas no Bairro do Moinho vêm se refletindo numa constante desestruturação do alicerce cultural no qual esta sociedade, durante muito tempo, se apoiou. Ribeiro (2003) retrata a marginalização à qual a maioria da população caipira paulista foi se submetendo, devido às mudanças ocorridas nos períodos econômicos, sobretudo da cana-de-açúcar e do café, perdendo suas terras para o latifúndio agroexportador, sendo encarado como um resistente ao engajamento no colonato e tendo que abandonar compulsoriamente o seu modo tradicional de vida. Para este autor, “as instituições básicas da cultura caipira desintegraram-se ao impacto da onda renovadora representada pelas novas formas de produção agrícola e pastoril de caráter mercantil” (RIBEIRO, 2003, p. 392).

Embora, em todos os períodos históricos, os impactos sócio-ambientais e culturais tenham sido significativos, a população tradicional residente nos bairros rurais bragantinos conseguiu manter algumas características do modo de vida dos seus antecedentes caipiras. Isto se deve, principalmente, ao fato da Região Bragantina e da porção nordeste do Estado de São Paulo, terem sido consideradas, durante muito tempo, atrasadas em relação a outras áreas que se sobressaíam economicamente⁹. Devido à

⁶ Para Ribeiro (2003, p. 385), a vida rural caipira equilibrava, satisfatoriamente, quadras de trabalho continuado e de lazer, permitindo atender às carências frugais e até manter os enfermos, débeis, insanos e dependentes improdutivos. Condiciona também o caipira a um horizonte culturalmente limitado de aspirações, que o faz parecer *desambicioso* e imprevidente, ocioso e vadio. Na verdade, exprime sua integração numa economia mais autárquica do que mercantil que, além de garantir sua independência, atende à sua mentalidade, que valoriza mais as alternâncias de trabalho intenso e de lazer, na forma tradicional, do que um padrão de vida mais alto, através do engajamento em sistemas de trabalho rigidamente disciplinado.

⁷ Candido (2003, p. 57) aponta que foi o povoamento disperso, herança do bandeirismo nômade, que favoreceu a manutenção de uma economia de subsistência, constituída dos elementos sumários e rústicos próprios do seminomadismo. Segundo Candido (2003: p. 59), para o caipira, a agricultura extensiva, itinerante, foi um recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico: recurso para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra. Por outro lado, condicionava uma economia naturalmente fechada, fator de preservação duma sociabilidade estável e pouco dinâmica.

⁸ Candido (2003, p.57) destaca o quadro desolador, descrito por Saint-Hilaire, da agricultura extensiva do caboclo (caipira) brasileiro, com base na queimada: aproveitamento do terreno de mata, degradação da capoeira, destruição de novas matas. Estas práticas, ainda que em menor escala, devido às restrições legais, continuam presentes nos bairros rurais.

⁹ Ribeiro (2003, p.392) ressalta que uma comunidade caipira que conserva as formas tradicionais de sociabilidade é, hoje, uma sobrevivência rara, confinada às áreas mais remotas e menos integradas no sistema produtivo.

dificuldade de acesso a estas localidades, criou-se uma economia interna que, embora não fosse considerada como importante sob o ponto de vista nacional, possuía uma dinâmica própria que conferia uma integração e um mercado de subsistência local.

De todos os períodos econômicos, a inundação das terras produtivas dos bairros rurais de Nazaré Paulista, entre eles o do Moinho, para a construção do Reservatório do Rio Atibainha¹⁰, foi o mais traumático, tanto para os que foram obrigados ao deslocamento compulsório¹¹ como para aqueles que ficaram. Rodrigues (1999, p. 142) retrata que, em muitos momentos da memória do sitiante deslocado, falar da represa é falar da terra que perderam, que era boa e produzia o sustento da família. Para a autora, quando falam de comida, como uma categoria da sua vida de sitiante, estão pensando nela de forma inter-relacionada com outras coisas, como terra, trabalho e família, formando uma unidade no discurso da memória da perda, isto é, como categorias temporalmente estruturadas.

A comunidade que ainda reside no Bairro do Moinho também vem enfrentando, até os dias atuais, os impactos provocados pelo alagamento de grande parte de suas áreas produtivas. Em seu cotidiano, acompanha a saída dos mais jovens em busca de trabalho nas zonas urbanas dos municípios circunvizinhos, em especial, Nazaré Paulista, Bom Jesus dos Perdões, Atibaia e Guarulhos, e vivencia a saudade dos que foram embora. Os membros dessa comunidade convivem com o receio de morarem sozinhos, a

insistência na prática de uma agricultura de subsistência em áreas inadequadas, de declividades acentuadas ou nas várzeas do ribeirão, a necessidade de empregarem-se na produção de eucalipto e carvão e/ou de caseiros em chácaras e, até mesmo, como última opção para a maioria, a venda da propriedade.

É importante somar às mudanças ocorridas neste período a construção, e posterior duplicação, da Rodovia D. Pedro I e a proximidade com a Rodovia Fernão Dias, distante apenas 25km, as quais facilitaram o acesso a esta área, provocando um crescimento populacional desordenado e o parcelamento do solo (LIMA *et al.*, 2003). Posteriormente, com a implantação das Áreas de Proteção Ambiental dos Rios Piracicaba/Juqueri-Mirim Área II e a do Sistema Cantareira, as exigências protecionistas aumentaram tornando-se mais restritivos os tradicionais usos das terras.

A junção dos aspectos geográficos do Bairro do Moinho, caracterizados pelo seu relevo acidentado, mantendo ainda remanescentes de Mata Atlântica em seus topos (embora com a presença ainda de pastos e reflorestamentos); a localização privilegiada, devido ao acesso facilitado por estas importantes rodovias; o fato de estar situado às margens do Reservatório do Rio Atibainha; a proteção parcial da vegetação devido às exigências das APA's vêm, nos últimos anos, caracterizando o bairro como uma área de ocupação turística mais intensiva, em decorrência da construção de chácaras de recreio, hotéis, pousadas e do turismo náutico.

Verifica-se que todas estas transformações sócio-econômicas, culturais e

¹⁰ A Represa do rio Atibainha está localizada bem próxima à sede do município de Nazaré Paulista. Circunda parcialmente o núcleo da cidade, quase que o transformando em uma ilha, constituindo uma barreira geográfica e legal à ocupação humana e ao crescimento urbano, por limitar a área disponível para novas construções. Foi planejada pela extinta Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo (COMASP), com o objetivo de suprir a demanda por abastecimento de água da cidade de São Paulo, através de quatro grandes sistemas de abastecimento para o estado: Juqueri, Guarapiranga, Alto Tietê e Billings. O sistema Juqueri constituiu-se em quatro grandes reservatórios construídos nos rios Juqueri, Atibainha, Cachoeira e Jaguari, formando o complexo de represas que se denominou Sistema Cantareira de Abastecimento (Rodrigues, 1999).

¹¹ Rodrigues (1999) utiliza esse termo na pesquisa desenvolvida em sua dissertação de mestrado, sobre o estudo da memória dos sitiante que foram deslocados compulsoriamente de suas terras, devido ao alagamento para a construção da Represa do rio Atibainha.

ambientais vêm ocorrendo de forma rápida e autoritária, já que, na busca por um desenvolvimento econômico regional, os gestores governamentais, incentivados pelo capital privado, não consideram os valores, percepções e memórias da população local, e nem tampouco a identidade que possuem com o lugar de vivência construída no decorrer do tempo histórico. Esta realidade reflete-se na expropriação da propriedade familiar¹² e dos valores agregados a esta (MARTINS, 1991).

As propriedades rurais tornaram-se o que Martins (1991, p.55) denomina como terras de negócio. Através da venda para os novos proprietários, perde-se a posse e todo um modo de vida, perdendo-se a terra de trabalho¹³. Estes novos donos frequentemente contratam os antigos proprietários para trabalharem como caseiros nas terras que foram transformadas em chácaras, as quais ocupam o entorno da represa, desrespeitando, em sua maioria, as exigências legais de recuo e uso do solo, práticas estas que, contraditoriamente, eram e ainda são proibitivas para os moradores tradicionais.

Neste contexto a comunidade do Bairro do Moinho vem, devido à ausência de incentivos governamentais, vivenciando problemas como analfabetismo, baixa qualificação profissional e ausência de estímulos para envolver-se em novas perspectivas futuras de geração de renda. Apesar disso, verifica-se, a partir de trabalho de intervenção que vem sendo desenvolvido, que esta mesma comunidade vem buscando uma maior participação e organização, através do envolvimento em projetos sócio-ambientais desenvolvidos no bairro, cujos objetivos são a busca de uma autonomia econômica e uma melhor qualidade de vida e ambiental.

De acordo com Fadini (2005), esta busca de articulação comunitária se deve ao fato de que esta população, mesmo com todo o processo de (des) construção dos aspectos sócio-econômicos, ambientais e culturais, ainda mantém um sentimento para com o bairro, como o lugar de vivência, demonstrando uma intensa relação topofílica e de identidade local, que se reflete nas ações em que os mesmos estão envolvidos.

UMA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA: AGENTES LOCAIS DE SUSTENTABILIDADE

Há aproximadamente seis anos vem ocorrendo pesquisas acadêmicas e trabalhos de intervenção sócio-ambiental pelo Centro de Estudos Ambientais – Sociedades e Naturezas da Universidade São Francisco¹⁴ junto à comunidade do Bairro do Moinho. Esta área foi selecionada, por ter passado por diversas transformações ambientais que desarticularam o modo de vida comunitário e abalaram as perspectivas de melhoria de vida, como já mencionado no item anterior. Em 2007 um conjunto de organizações governamentais e não governamentais atuantes no Bairro do Moinho uniram esforços para o desenvolvimento do projeto de intervenção social e de extensão universitária “Rumos do Moinho – Cidadania e Sustentabilidade Sócio-ambiental”. Este trabalho teve como suporte as ações multidisciplinares do Programa Agentes Locais de Sustentabilidade, cujo objetivo foi o de estimular a participação da comunidade na busca por uma autonomia na geração de renda, na conquista de uma melhor qualidade de vida e em uma sustentabilidade sócio-ambiental e cultural. A área considerada para a realização do projeto foi todo o Bairro do Moinho, e o público-alvo foi toda a comunidade residente no

¹² Para Martins (1991), a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador.

¹³ Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho (MARTINS, 1991, p.55). Nos dias atuais, no Bairro do Moinho, apenas alguns continuam trabalhando em suas próprias terras, a maioria passou de proprietário a empregado.

¹⁴ Os projetos de pesquisas em andamento na região contam com apoio da FAPESP, e estão sendo coordenados por HOEFFEL et al. (2003, 2005 e 2006), FADINI (2006 e 2006 a) e BARBOSA & HÖEFFEL (2006). Os projetos de intervenção social coordenados por HOEFFEL e FADINI (2005 e 2006) são: 1. Moinhos D'Água e 2. Rumos do Moinho.

bairro, com aproximadamente quinhentos habitantes. No entanto os beneficiários diretos foram cinquenta pessoas, durante o ano de 2007, e indiretos a população total, já que se buscou através deste projeto estimular a organização como forma de mudança social para toda a localidade.

Neste sentido as etapas deste programa consistiram em dar continuidade aos fóruns de discussões que ocorreram no local¹⁵ e aos processos de ensino-aprendizagem que se realizam na escola do bairro. Este processo de ensino-aprendizagem adotou como tema transversal o meio ambiente, buscando contemplar os inúmeros e complexos desafios políticos, ecológicos, sociais, econômicos e culturais presentes na área de estudo, sendo seu maior objetivo a conquista da melhoria na qualidade de vida, autonomia de geração de renda e sustentabilidade sócio-ambiental. Ocorreu mediante as seguintes etapas metodológicas:

1. identificação das aspirações da população local e também das potencialidades da equipe de trabalho em corresponder a estes anseios, alimentando as etapas seguintes.

2. criação de um núcleo de formação básica, cujo objetivo é o fortalecimento da formação cidadã do indivíduo e a preparação para autogeração de renda. Neste sentido foram ministrados os cursos: *Comunicação e Expressão, Saúde e Qualidade de vida e Empreendedorismo e Associativismo*.

3. criação de um núcleo de formação profissional, cujo objetivo é o desenvolvimento de habilidades e competências para o trabalho e, conseqüentemente, a autonomia na geração de renda. Os cursos oferecidos são: *Turismo e Meio Ambiente; Turismo Rural; Artesanato; Agricultura Orgânica; Educação Ambiental; Cozinha Artesanal; Informática Básica e*

Tratamento e Manufatura de Eucaliptos e outros produtos agrícolas. Cabe enfatizar que em todas as etapas houve o envolvimento dos pesquisadores docentes, dos assistentes de pesquisa, e, também, da comunidade local e regional.

Os procedimentos adotados ocorreram a partir de oficinas temáticas, como estratégias metodológicas com enfoque participativo, interdisciplinar e multidisciplinar, onde todos os envolvidos atuaram de forma sistêmica em cada etapa da elaboração do Programa de Extensão de Formação de Agentes Locais de Sustentabilidade. As discussões sobre o programa e a consolidação das parcerias iniciaram-se em meados de 2006 e, no período de Abril a dezembro de 2007, os cursos vinculados ao núcleo de formação básica foram ministrados. A escolha desses cursos foi realizada coletivamente pela comunidade junto com os coordenadores do projeto e equipe, em fóruns de discussão.

Os cursos do núcleo de formação básica foram ministrados por voluntários, alunos e professores da Universidade São Francisco e de outras Instituições de Ensino e Pesquisa e Extensão, bem como Instituições Governamentais e Não Governamentais da região: representantes da Secretaria do Meio Ambiente - Programa Mata Ciliar; Universidade da Luz - UNILUZ de Nazaré Paulista; EMBRAPA - Setor de Meio Ambiente - Agroecologia; SABESP; Prefeitura de Nazaré Paulista (SP), ONG SIMBIOSE, UNICAMP, CATI.

Esses fóruns da equipe de trabalho ocorreram mensalmente e simultaneamente com a comunidade para aprofundar as discussões sobre o andamento do programa. Os cursos ocorreram mediante um calendário compatível com as possibilidades dos profissionais e da comunidade. Durante a implantação das etapas, esperava-se formar agentes multiplicadores,

¹⁵ Os fóruns de discussões foram as estratégias metodológicas utilizadas para aproximar a comunidade e permitir um contato entre moradores, pesquisadores e todos os demais envolvidos no projeto. Aconteciam através de encontros mensais, que possibilitaram uma abertura para o início de identificação dos problemas do bairro e dos moradores, e aconteceram durante todo o processo, também permitindo promover uma avaliação das atividades e ajustes necessários ao bom funcionamento do projeto. O local escolhido foi um sítio, no bairro Cuiabá de Cima, ao lado do bairro Moinho, de propriedade de uma das voluntárias do Programa.

estimulando o exercício da autonomia desta comunidade e facilitar o processo de transformação do Bairro do Moinho, sem desconsiderar sua cultura e possibilitando a geração de novas alternativas econômicas mais sustentáveis do ponto de vista sócio-ambiental.

Deste modo, este programa visou incentivar a comunidade a estabelecer uma relação de causa e consequência dos problemas ambientais, discutir questões, fixar prioridades, tomar decisões, exercer sua representatividade, buscando um modelo de vida de forma sustentável e possibilitando a construção da autonomia na geração de renda. Acredita-se que a busca por um modelo de vida sustentável é uma tarefa bastante complexa e só será possível por meio da sensibilização, através de processos educativos que valorizem as diversidades cultural e natural, para que se possa implantar um planejamento e gestão ambiental que visem atingir os objetivos de conservação de uma Área de Proteção Ambiental e de reconstrução da identidade da comunidade.

QUALIDADE DE VIDA, SUSTENTABILIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Qualidade de vida é uma busca incessante do ser humano. O mesmo que buscar saúde, trabalho e felicidade. O ser humano tem buscado alcançá-la enquanto uma metáfora, ao direito que julga legítimo, de ser feliz e de desfrutar dos prazeres que o capitalismo prometeu. Nesse sentido qualidade de vida, em muitos contextos, aproxima-se do ter, do possuir bens materiais. Essa constatação permite repensar o próprio sentido de realidade social, onde ainda persiste desigualdade social, ausência de um projeto político que envolva, efetivamente, compromisso social, principalmente com os mais desfavorecidos; violência social que se exterioriza em vários espaços coletivos, degradação e dilapidação dos recursos naturais de forma intensa como nunca houve na história da humanidade e decisões sobre formas coletivas de caminhos para a sustentabilidade social.

Esse aspecto é preponderante para ultrapassar a complexidade social atual, o abandono das causas sociais e a decomposição dos quadros sociais que fazem triunfar o indivíduo dessocializado, fragmentado em múltiplas realidades, mutante e submisso a todas as publicidades, a todas as propagandas e às imagens da cultura de massas (TOURAINÉ, 2007), envolvido com os projetos do ter e não do ser, e totalmente imerso aos apelos do capitalismo global. E, sem capacidade de reconhecer e distinguir as reais carências e necessidades individuais e coletivas, e aquelas que precisam ser construídas coletivamente, ficam imersos na busca incessante dos prazeres imediatos e individuais.

Nesse processo, o indivíduo necessita e busca melhorar suas condições objetivas e subjetivas de vida, mas, no entanto, a qualidade de vida almejada transforma-se exclusivamente em necessidades materiais, movimentando todas suas ações e muitas delas são dissociadas da realidade social e ambiental em que está imerso. Para o êxito da conquista de uma qualidade de vida possível, não só para o indivíduo, mas principalmente para o coletivo, deve-se considerá-la como resultado complementar de dimensões subjetivas e objetivas, materiais e abstratas que estão presentes nas necessidades e carências humanas (BARBOSA, 1998; MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000; PACIONE, 2003).

Desta forma, qualidade de vida, foi, no desenvolvimento das atividades, entendida através de três eixos principais. Um primeiro eixo diz respeito à satisfação e ao acesso a bens básicos como educação, transporte, emprego, alimentação, saneamento ambientalmente adequado, serviço de saúde, etc., e à qualidade do acesso a esses bens, como sistemas de educação e saúde eficientes e que atinjam seus objetivos; sistema de transportes coletivos satisfatórios; alimentação e salários condizentes com as necessidades do indivíduo e de sua família. O segundo eixo diz respeito ao acesso aos bens fundamentais para complementação da vida dos indivíduos como cultura; lazer;

relações afetivas e sexuais plenas; relações familiares fundamentais; relação com a natureza; relações plenas com o trabalho. E, por último, o terceiro eixo, denominado de bens ético-políticos, por compreender o acesso às informações que dizem respeito à vida do cidadão, colocadas de forma clara e objetiva, a participação política e o envolvimento nas causas coletivas, participação na gestão local da vida cidadina e a cidadania (BARBOSA, 1996, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim alguns aspectos devem ser mencionados. Baseado na experiência realizada, através de uma experiência concreta de educação não formal (GADOTTI, 2005; GOHN, 2006), onde se privilegiou a construção da participação social e a melhoria da qualidade de vida (possível) da comunidade, pode-se considerar que os objetivos propostos foram alcançados. Primeiro porque os participantes envolveram-se totalmente no Programa, participando ativamente das atividades e ações propostas. Segundo, as decisões de atividades a serem realizadas, com o objetivo de autonomia econômica e social, mas com a preservação ambiental e cultural da comunidade, tornaram-se orientadoras de todas as ações e, por último, o programa, através de suas ações sócio-educativas, contribuiu no processo de formação/consolidação da Associação do Bairro, pois a sua busca para a sustentabilidade ambiental se reflete nos seus objetivos e propostas de ações, que têm como prioridade a mobilização da comunidade como um todo, para a prática de ações que minimizem os impactos sócio-ambientais no local.

No entanto, não se pode deixar de mencionar que a autonomia na geração de renda, visando à sustentabilidade ambiental, ainda seja incipiente, embora a Associação de Moradores do Moinho já seja uma realidade. Apesar de não terem conseguido alterar totalmente as práticas de subsistência, como o cultivo de eucalipto, que ainda é a principal atividade econômica. Ao mesmo tempo não conseguiu introduzir técnicas

de manejo menos impactantes. Por outro lado, algumas pessoas (jovens e mulheres), com base nos cursos que foram realizados, se mostraram dispostas e interessadas em investir em novas alternativas econômicas, através de ações em seu cotidiano como artesanato, por exemplo, mesmo que ainda não tenham conseguido envolver um número suficiente de pessoas que tivessem o mesmo objetivo. Todavia, o grande aspecto positivo, com relação à geração de renda, foi o despertar de um olhar para novas alternativas econômicas menos degradantes, que provou despertar grande interesse nas mulheres e nos jovens do Bairro do Moinho, sendo possível destacar a formação de equipes profissionais para o plantio de mudas nativas em áreas de preservação permanente que necessitam ser recuperadas.

A melhoria da qualidade de vida dos moradores se reflete, especialmente, em aspectos relacionados ao saneamento básico, pois grande parte dos membros da Associação instalou fossa séptica em suas residências e acaba por incentivar os demais moradores a solicitarem a sua implementação. Outras questões relacionadas ao conhecimento sobre os tipos de doenças e de seus tratamentos, a importância da utilização de ervas medicinais, dieta alimentar, entre outros, contribuíram para a mudança de alguns hábitos relacionados à alimentação, e para a valorização de ações que alguns já desenvolviam, como cultivo de horta e utilização de ervas medicinais. Desta forma, a busca da sustentabilidade ambiental para o local se reflete nos objetivos e nas propostas de ações da Associação, que tem como prioridade a mobilização da comunidade como um todo para a prática de ações que minimizem os impactos sócio-ambientais no local. Por fim, acredita-se que somente o acompanhamento das ações no tempo poderá concretizar os resultados do Programa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, S.R.C.S. Qualidade de vida e ambiente: uma temática em construção. *In*: BARBO-

- SA, S.R.C.S. (Org.). *A Temática ambiental e a pluralidade do ciclo de seminários do NEPAM*. Campinas: Unicamp, 1998. (Textos NEPAM, Série Divulgação Acadêmica; 4).
- BARBOSA, S.R.C.S. *Qualidade de vida e suas metáforas: uma reflexão sócio-ambiental*. 1996. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- BARBOSA, S.R.C.S.; HÖEFFEL, J.L.M. *Qualidade de vida e complexidade social na APA Cantareira, SP: um estudo sobre degradação socio-ambiental e subjetividade*. São Paulo, 2006. Projeto de Pesquisa Fapesp (processo n. 06/60366-5).
- BRANDÃO, C.R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRASIL. *Lei n.º 9.985/2000 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília: Imprensa Oficial, 2000.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Roteiro metodológico para gestão de área de proteção ambiental, APA*. Brasília: IBAMA, 2001.
- CABRAL, N.R.; SOUZA, M.P. *Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas*. São Carlos: RiMa, 2002.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 2003.
- CASTRO, M.L.; CANHEDO Jr., S.G. Educação ambiental como instrumento de participação. In: PHILIPPI Jr, A.; PELICIONI, M.C. *Educação ambiental e sustentabilidade*. Barueri: Manole, 2005. p.401-411.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CÔRTE, D.A. *Planejamento e gestão de áreas de proteção ambiental: enfoque institucional*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.
- FADINI, A.A.B. *Sustentabilidade e identidade local: pauta para um planejamento ambiental em sub-bacias hidrográficas da Região Bragantina*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2005.
- FADINI, A. A. B.; HÖEFFEL, J.L.M. *Mulheres da APA Cantareira: reflexos da construção do sistema Cantareira na identidade e no modo de vida local*. São Paulo: Fapesp, 2006. Projeto de Pesquisa Fapesp (processo 06/55919-5).
- FADINI, A. A. B.; HÖEFFEL, J.L.M. SUAREZ, C. *Parcerias ambientais: diagnóstico turístico e propostas de educação ambiental em Vargem/SP - Fases I e II*. São Paulo: Fapesp, 2006. Projeto Fapesp Políticas Públicas (processo 06/51790-8).
- FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA. *Gerenciamento de áreas de proteção ambiental no Brasil*. Curitiba: Guapyassú, 2003.
- GADOTTI, M. A questão da educação formal/não-formal. In: INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT. *Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?* Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005.
- Disponível em: <http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Institu/SubInstitucional12030234911t003Ps002/Educacao_formal_ao_formal_2005.pdf> Acesso em: 30 mar. 2009.
- GOHN, M.G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, 2006.
- HOEFFEL, J.L.M.; FADINI, A.A.B. *Trajétórias do Jaguarú: um estudo na APA do Sistema Cantareira*. São Paulo: Projeto Fapesp (processo no. 2003/08432-5), 2003.
- HOEFFEL, J.L.M.; FADINI, A. A. B. *Trajétórias do Jaguarú: a complexidade sócio-ambiental no reservatório dos Rios Jaguarú/Jacaréí*. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON

ENVIRONMENTAL PLANNING AND MANAGEMENT. *Proceedings*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2005. p.1-16. CD-Rom.

HOEFFEL, J.L.M.; MACHADO, M.K.; FADINI, A. A. B. Múltiplos olhares, usos conflitantes concepções ambientais e turismo na APA do Sistema Cantareira. *Olam*, Rio Claro, v.7, n.1, p.119-145, 2005.

HOEFFEL, J.L.M.; FADINI, A.A.B; LIMA, F.B.; MACHADO, M.K. Trajetórias do Jaguar: períodos históricos e educação ambiental. Alterações ambientais na Região Bragantina-São Paulo. *Humanitas*, Campinas, v.9, n.1, p.5-14, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Dados demográficos*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2007.

LIMA, F.B.; MACHADO, M.K., FADINI, A.A.B.; HOEFFEL, J.L.M. Caminhos do Moinho: um estudo no Bairro do Moinho, Nazaré Paulista-SP. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 55., 2003, Recife. *Anais...* Recife: SBPC, 2003.

MARTINS, J.S. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: *EXPROPRIAÇÃO e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991. p.43-60.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.7-18, 2000.

PACIONE, M. Urban environmental quality and human wellbeing: a social geographical

perspective. *Landscape and Urban Planning*, Glasgow, UK, v.65 (issues 1-2), p.19-30, 2003.

PRIMACK, R. *Essentials of conservation biology*. Sunderland: Sinauer, 1998.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, C.M.C. *Águas aos olhos de Santa Luzia: um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista (SP)*. Campinas: Unicamp, 1999.

SANTOS, R. *Planejamento ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Atlas das unidades de conservação ambiental do Estado de São Paulo*. São Paulo: SMA, 2000.

SÃO PAULO. Secretária de Estado do Meio Ambiente. *Roteiro metodológico para implementação da gestão integrada das áreas de proteção ambiental*. São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente, 2003. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br>>. Acesso em: 23 de agosto de 2008.

STAHEL, A.W. *Tempos em crise: a base temporal das contradições da modernidade*. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TOURAINÉ, A. *Um novo paradigma Para compreender o mundo de hoje*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

WELLS, M.; BRANDON, K. *People and parks*. Washington: The World Bank, 1992.

Recebido em 13/4/2009 e aceito para publicação em 2/7/2009